

Ministério do Sni, Ivan Mendes, em 12 ABR 1985

PDS e PFL temem a ação de radicais

JOÃO EMILIO FALCÃO
Da Editoria de Política

Deputados do PDS e da Frente Liberal começaram ontem uma série de reuniões informais para análise da crise econômico-social e do apoio a ser dado ao presidente José Sarney. Temem estes parlamentares que setores radicais desencadeiem uma campanha para convocação imediata da Assembleia Constituinte e de eleições diretas, o que impediria a estabilidade política.

O líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), distribuiu ontem para toda a bancada, cópia de estudo que solicitou ao senador Aloysio Chaves (PA) sobre o processo de sucessão presidencial. De acordo com o parecer, bastará que José Sarney envie ofício ao Congresso comunicando que está no cargo.

PRESSÕES

As conversações sobre a união em torno de Sarney, que representa o poder civil e democrático, intensificaram-se a partir das notícias de segunda-feira última sobre o agravamento da saúde do presidente Tancredo Neves. Na reunião da bancada do PDS no Senado, na última terça, o tema foi colocado em debate. A maioria concordou em que, havendo necessidade, o PDS deve apoiar o Governo. Isto não significa, claro, uma adesão.

O líder do Partido na Câmara, deputado Prisco Viana (BA), tem defendido a tese, aprovada ontem pela Executiva, de que o PDS deve exercer uma oposição clara e necessária para o processo de democratização. O PDS, no entanto, não se recusará a conversar em tor-

no da preservação das instituições e fortalecimento da democracia. De qualquer forma, o PDS não procurará o Governo.

Com exceção dos malufistas mais radicais, a posição do presidente José Sarney e a instabilidade que pode ocorrer estão preocupando os pedessistas. No final da tarde de ontem, o deputado Osvaldo Melo (PA) afirmou, na porta do Gabinete do líder, que era preciso garantir total liberdade para Sarney. O deputado José Carlos Fonseca (ES), vice-líder, enfatiza que Sarney atravessará um período muito difícil e o PDS tem de solidarizar-se com ele, ajudá-lo para evitar uma crise imprevisível.

Para o líder do PDS no Senado, o Brasil irá atravessar o seu Rubicon, pois os radicais, de esquerda e direita, irão tumultuar o processo.

DIALOGO

Na tarde de ontem, deputados da Frente e do PDS estiveram reunidos na Comissão do Serviço Público, presidida pelo deputado Homero Santos (PFL-MG), ex-secretário-geral do PDS, para uma troca de idéias. A deputada Rita Furtado (PFL-RO), uma das participantes do encontro, afirmou, depois, que "as conversas sobre o momento nacional vão continuar porque é preciso garantir ao presidente José Sarney um apoio suprapartidário".

A Executiva do PDS resolveu ontem apoiar a fixação da eleição direta para Presidente da República, com mandato de quatro anos. As eleições diretas nas capitais, estâncias hidrominerais e dos municípios considerados de segurança nacional serão no próximo dia 15 de novembro. O PDS aceita, inclusive, votar emenda constitucional neste sentido em separado.

Lyra admite reduzir mandato para 3 anos

JOSIAS DE SOUZA
Da Editoria de Política

O ministro da Justiça e coordenador político do governo, Fernando Lyra, admitiu anteontem, em conversa com os deputados Nadyr Rossetti (líder do PDT na Câmara) e Bocayuva Cunha (PDT-RJ), analisar a possibilidade de reduzir o mandato do presidente da República de seis para três anos, com a convocação de eleições diretas para 1987. Os parlamentares do PDT defenderam junto a Lyra a tese do mandato-tampão, com diretas em 86. O ministro ponderou que a medida não seria aconselhável: "Um presidente eleito pelo voto direto teria mais poderes que a própria Assembleia Nacional Constituinte, que também será eleita em 86", disse ele.

A princípio, Nadyr e Bocayuva não pretendiam discutir este assunto com Lyra. Eles iriam apenas reclamar de declarações feitas pelo consultor jurídico do Ministério, Marcelo Cerqueira, associando o governador Leonel Brizola ao jogo do bicho no Rio de Janeiro. No entanto, aproveitando-se da presença de Mauro Santayana, secretário-executivo da comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituinte do governo, Rossetti entrou no assunto. Repeliu a Fernando Lyra o que Brizola havia dito horas atrás ao presidente interino José Sarney: "O PDT continua coerente com sua antiga tese de diretas para presidente no próximo ano". O líder do PDT foi surpreendido com a declaração do ministro, admitindo as diretas não para 86, mas para 87.

A noite, os líderes de todos os partidos decidiram adiar a votação da emenda constitucional que elimina o chamado entulho autoritário. Decidiu-se também elaborar um projeto à parte, regulamentando a realização de eleições diretas para prefeitos das capitais, das estâncias hidrominerais e das áreas de segurança (já extintas). O encontro entre os líderes aconteceu durante um jantar, no Restaurante Fornarina, também an-

teontem.

O adiamento da votação da emenda constitucional elaborada pela comissão interpartidária teve uma finalidade prática. Agora, os partidos têm mais tempo para decidir a questão da duração do mandato do Presidente da República. PDS e PDT continuam decididos a só votar o projeto se a Aliança Democrática (PMDB e PFL) concordar em reduzir o mandato presidencial e marcar a data das eleições diretas antes da convocação da Constituinte.

Pimenta da Veiga, líder do PMDB, e José Lourenço, líder do PFL, já foram para o encontro com a decisão de propor a elaboração de um projeto à parte para regular as diretas nos municípios ainda este ano, em 15 de novembro. O relator da comissão interpartidária, deputado João Gilberto (PMDB-RS), já havia elaborado inclusive a proposta de lei ordinária que regulamenta as eleições municipais. Os principais pontos da lei são:

— Realização das convenções partidárias para escolha dos candidatos a prefeito dentro dos quatro meses anteriores à eleição.

— O domicílio eleitoral será de seis meses.

— Serão permitidas as coligações partidárias.

— As emissoras de rádio e televisão, inclusive as de propriedade privada, reservarão para propaganda eleitoral gratuita 20 espaços de uma hora diária, entre os 40 dias que antecedem à eleição.

— A eleição será realizada em dois turnos.

Embora já tenha elaborado a lei, João Gilberto lamenta o acordo firmado entre os líderes: "Se fosse para fazer simplesmente uma lei para viabilizar as eleições diretas nas capitais, não precisava convocar uma comissão; qualquer deputado desempenharia essa função", reclama. "O PMDB forçou este acordo porque não quer discutir as eleições diretas para Presidência da República", acusa Nadyr Rossetti. "Eles querem diretas nas capitais apenas para divertir o povo".